[Recensão a] Irene Vaquinhas, Nome de Código 33.856: os “jogos de fortuna ou azar” em Portugal entre a repressão e a tolerância (de finais do século XIXa 1927)

Autor(es): Canotilho, Joaquim Gomes

Publicado por: Instituto de História Económica e Social; Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/44515>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4147_37_23

Accessed : 26-Apr-2023 14:19:30

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

37

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 05

Revista Portuguesa de Historia
t. XXXVII (2005)
pp. 473-479

Irene Vaquinhas, *Nome de Código 33.856: os “jogos de fortuna ou azar” em Portugal entre a repressão e a tolerância (de finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, 143 p.*

JOAQUIM GOMES CANOTILHO
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

§1º **Nome de Código 33.856**

Há convites que nos honram e que são indeclináveis. Este é um deles. Vindo de quem veio - da nossa colega, Amiga e Vizinha - a aceitação só poderia estar condicionada a um aviso prévio, várias vezes repetido nos nossos escritos: o perigo da história - como há mais de vinte anos escreveu P. Veyne - é que ela parece fácil e não é”. Precisamente por isso, o constitucionalista prudente só poderá tentar aproximar-se do tema histórico anunciando já as suas limitações. Desde logo, damos como resolvida a questão - teoricamente cara aos historiadores - de saber se estamos perante uma “boa questão” no plano histórico-científico. As explicações fornecidas pela Doutora Irene Vaquinhas nas suas provas públicas de agregação e a leitura cuidada do presente livro conduziram-me a uma primeira convicção: a Autora não fez “batota ao jogo”. Escolheu um tema que no arco temporal estudado - finais do século XIX a 1927 - semeava aquilo que a moderna literatura de filosofia moral chama “pânico moral” (cfr, por todos, Ruwen Ogien, *La panique*

* Notas para a apresentação do livro na Livraria Bulhosa, em Lisboa, a 16 de Março de 2006.

morale, Grasset, 2004, Stanley Cohen, *Folk Devils and Moral Panics*, 1992). É fácil de intuir que os “jogos de azar” colocavam no espaço público comportamentos considerados “desviantes” e gravemente perturbadores dos valores comunitários. Como iremos ver, os cruzados ou “empresários da moral” (cfr. Howard Barker, *Outsiders*, 1963) contra os “batoteiros” fora de lei não pertenciam a grupos sociais e políticos preestabelecidos. A Autora vai demonstrar que na trincheira “anti-batota” tanto estavam monárquicos tradicionalistas “anti modernos” como republicanos “modernos”.

Mas não só isso. Como o subtítulo do Livro indicia - “*Os jogos de fortuna ou azar*” em Portugal entre a repressão e a tolerância - o polilólogo de discursos em tomo da “paixão pelo jogo” vai escolhendo as categorias binárias da radicalização moral (moral/imoral) / jurídica, (lícita/ilícita, legal/ilegal, permitido/proibido) sem que se descortine com clareza as razões da “repressão” e os fundamentos da “tolerância”. Por certo, cruzam-se várias apostas discursivas. Os fios do código subjacentes a estas apostas são trabalhados com particular finura pela Autora. Vejamos como ela desfez os fios da rede dos enredos, das pré-compreensões, dos preconceitos e das ilusões. Há que decodificar o código e bater na opacidade dos discursos.

§2º

O fogo cruzado dos discursos

A sistematização da Autora permite descortinar o fogo cruzado dos discursos escondidos nos dissensos valorativos. Analisa, primeiro, “o jogo como um vício ao jogo como um perigo social”. Em seguida, explica os actores, os tempos e os territórios do jogo: “casinos de manhã, à tarde e à noite”. É demais. A expansão social e geográfica do jogo”. Num terceiro momento, é conferida centralidade expositiva aos aspectos jurídicos: “jogo, corrupção e política: O difícil equilíbrio entre a proibição e a legalização”. Finalmente, descrevem-se os caminhos tortuosos das malhas reguladoras: “Das propostas de regulamentação à legislação de 1927”. Pensamos não ser infiéis ao esquema expositivo da Doutora Irene Vaquinhas se dissermos que o jogo convocou, no período por ela analisado, cinco tipos de discurso: o discurso religioso, o discurso médico-filosófico, o discurso moral republicano, o discurso científico-naturalista e o discurso científico-psicologista.

Em primeiro lugar, o discurso religioso, ou seja, “a condenação do jogo como atentado à moral e aos bons costumes” vinda do fundo dos tempos e alimentada pelo discurso religioso de matriz cristã”. Mesmo que o tom acusatório nem sempre se pautasse pelo diapasão apocalíptico, o jogo transportava sempre uma maldade congénita. O desvalor da acção dos “batoteiros”, “sindicateiros”,

“bicheiros”, aferia-se pelos padrões da moral. Vale a pena lembrar as palavras sugestivas da Autora:

“O jogo era acusado de favorecer actos criminosos e de estimular, no jogador profissional, a indiferença para com valores consensualmente aceites, em particular, o respeito da família, da propriedade e do trabalho”... “O jogador pautaria as suas atitudes por uma moralidade crapulosa e sem escrúpulos”... “O homem habituado ao jogo perde a vergonha e todos os sentimentos honestos”.

O *discurso médico-filosófico* vê no jogador um alienado que tem de ser examinado pelo *alienista*. Em palavras hegelianas, depois medicamente adaptadas, o jogador é um alienado que se “toma outro do espírito”. A Autora explica o trânsito do *imoral* para o *alienado*:

“Tal convicção (de que as doenças sociais têm sobretudo causas morais) fundamenta-se no pensamento médico, sobretudo nas teses defendidas pelos alienistas que estabelecem uma relação entre a medicina e a “filosofia das paixões”, atribuindo à moral o papel de inibidor social. À luz destas determinantes, as paixões, entre as quais se inclui o jogo, podem conduzir à alienação, que, aparentando-se à loucura, devem ser controladas e estar sujeitas à égide restritiva da moral”.

O *discurso moral republicano* também não deixava os seus créditos por mãos alheias quanto a questões de virtude pessoal e social. A cidade republicana articulava uma ética de virtude, bem à antiga, com uma ética dos deveres, bem à moderna. Não faltava sequer o húmus orgânico e positivista do “facto moral”. A Autora realça com incisividade este discurso:

“De base laica e positivista, a moral social republicana é sensível a estes juízos de facto que vão ao encontro de um certo rigorismo puritano, bem como do voluntarismo corrector presente nos princípios programáticos a impor pelo Estado e a subordinar a situação real à ideal”.

Os discursos estéticos-naturalistas e científico-psicopatológicos encarregar-se-ão de salientar as dimensões de corrosividade e de degeneração da prática do jogo. Citando um autor brasileiro, que, curiosamente, é o fundador do verdadeiro direito constitucional (Rui Barbosa), o jogo era considerado cancro, praga, lepra e verme: “penetram o homem pela algibeira e arruinam o cadáver pela fortuna”. Mas não só isso: radicaliza-se o discurso médico-alienista e passa-se para o domínio psico-patológico da degenerescência, individual e colectiva. Irene Vaquinhas dedica a este tópico considerações esclarecedoras:

“Evolui-se de uma perspectiva “desmoralizadora”, isto é, do jogo entendido como pecado ou vício para uma psicopatologia de forte carga depreciativa, que associa ao somático o enfraquecimento do capital mental. No centro desta reconversão reside o conceito de degenerescência...” (p. 20)

Este conglomerado de discursos - ético-religioso, político-moral, científico-social - conduzirá, por fim, ao pânico moral” da *subversão*. Na ordem política vai estar o receio do desabamento das regras básicas da vida comunitária e das instituições políticas e sociais.

§3º

O utilitarismo e a tolerância

O jogo é pecado, mas as mulheres e os homens gostam de ser pecadores e a própria sociedade pode lucrar com práticas desviantes dos viciados. Precisamente por isso, a Autora vai demonstrar que a santificação do jogo que começou com a Santa Casa da Misericórdia e vai terminar com a sua legalização em 1927 (já no período da Ditadura do Estado Novo) encontra suportes sociais e económicos tão poderosos como os que alimentavam a campanha do “pânico moral” provocado pelos viciados. A Autora refere-se com incisividade às cumplicidades sociais do jogo.

“Ontem como hoje, o jogo interessa a todos os grupos sociais, em particular aos economicamente desfavorecidos, se bem que, no decurso do século XIX, a sua difusão esteja associada aos novos hábitos de sociabilidade então em franca expansão, como é o caso da vilegiatura marítima. Já a sua difusão social durante a Primeira República foi impulsionada pela crise e contracção do poder de compra, associadas à Primeira Guerra Mundial, retomando-se uma tradição de jogo sólidamente instalada sob o Antigo Regime. O jogo propõe o lucro rápido ditado pela sorte como um remédio miraculoso à precariedade da vida comum e uma alternativa à mobilidade social”.

Mas não só. Ontem como hoje, o jogo é transmutado de vício privado a virtude pública se ele puder contribuir para a resolução da penúria endémica dos cofres públicos. Além da Santa Casa da Misericórdia, também as autarquias, à míngua de outros proventos, acabavam por jogar o jogo da conveniência fiscal. Apropriemo-nos das palavras da Autora:

“Aliás, a sua expansão seria directamente incentivada pelas próprias autarquias, sobretudo a partir do final do século XIX, devido aos lucros financeiros daí decorrentes”, (p. 22)

Instalava-se, assim, nos interstícios do espaço público e da sociedade civil, uma outra filosofia, bem diferente da ética da virtude e da ética do dever. Bentham, em sintonia com o pragmatismo anglo-saxónico, abria as portas da filosofia ao utilitarismo. O prazer é um valor em si positivo e a dor um valor em si negativo. O ser humano procura naturalmente o prazer e foge da dor. Isto seria uma observação banal que correria o risco de retomar as pistas do epicurismo, se não se lhe acrescentássemos uma outra dimensão - a do parâmetro de avaliação moral do jogo. Já não é o prazer individual que marca a positividade do jogo, mas a felicidade do maior número de pessoas. Ou, pelo menos, um grande número de pessoas que são felizes e outras que, num só momento, julgam que o são. Dostoiévski descreve, nas páginas inesquecíveis de "O Jogador", a alienação do "tomar-se outro do espírito". François Blanc desafia todos os "alienismos", "higienismos" e "moralismos" e indica a rota económico-utilitária da libertação:

"A paixão pelo jogo ultrapassa conjunturas, continua a manter-se e, ontem como hoje, ainda se ouve a célebre frase "Messieurs, faites vos jeux", pronunciada pela primeira vez, em oitocentos, pelos croupiers dos casinos de François Blanc, célebre empresário do termalismo e do jogo que ajudaria a transformar o principado do Monaco numa das mais afamadas estâncias europeias", (p. 10)

Chegados aqui, justifica-se que sigamos o roteiro da Doutora Irene Vaquinhas e perguntemos: quanto aos costumes o que é que diziam e faziam as autoridades do País?

§4º

O direito penal simbólico e a caricatura

Os juristas conhecem bem os problemas elegantemente historiados pela Doutora Irene Vaquinhas nos capítulos finais da obra. Recordemos que no Capítulo 3 se analisa "Jogo, Corrupção e Política: o difícil equilíbrio entre a proibição e a legalização" e que no Capítulo 4 se faz a história "Das Propostas de Regulamentação à Legislação de 1927". O pior que um sistema jurídico pode revelar é a erosão sistemática e contínua dos seus esquemas sancionatórios, designadamente o esquema jurídico-penal. Corre-se sempre o risco de a tipificação criminal e a definição das penas se limitarem a uma "legislação simbólica" aparentemente forte nas palavras do Código Penal mas fraca nos actos efectivos de execução dos preceitos legais. Não raras vezes, o recurso às sanções enérgicas do direito penal se mostra excessivo, recortando-se molduras penais claramente desproporcionadas para resolver problemas que não pertence ao direito penal

resolver. Por fim, a desarmonia das penas e sanções com outras normas da ordem jurídica, como, por exemplo, o Código Administrativo que autorizava as câmaras a tributar os casinos (p. 51), era indício claro que o jogo criava fracturas logo ao nível da direcção político-legislativa. Não admira, assim, que ele servisse de arma de arremesso na luta política. Em nome da moral, acusavam-se os governos de cumplicidade para com o crime, de “prova provada de fraqueza” no combate a um crime contra a ordem e tranquilidade pública (p. 77). Mas quando os responsáveis políticos afivelavam a máscara de justiceiros indómitos contra a corrupção (tipo Hintze Ribeiro), as caricaturas caricaturíssimas e as canções de escárnio e de mal dizer punham a ridículo o “centro” da ordem policial desfeiteado no terreno pelos meirinhos da periferia. Como se isso não bastasse, a lei não era igual para todos: os amigos do poder que estava beneficiavam de uma encapuçada liberdade nos costumes, os inimigos viam apertado o olhar inquisidor dos agentes da lei. A Autora faz uma síntese perfeita das tensões e contradições do jogo:

“Trata-se de um conjunto de atitudes que demonstram, de forma cabal, a impotência do Estado em reprimir com eficácia o jogo, e a dificuldade em tratar, como um caso de direito penal, uma questão que era essencialmente política”.

Tal como no romance de José Saramago, as “intermitências” da repressão penal e da tolerância policial e fáctica foram fornecendo as pistas da regulamentação do jogo. Uma coisa é punir um crime, outra coisa é definir as regras do jogo para o jogo. O pecado pode deixar de ser um pecado mortal volvendo-se em pecado venial, para bem das consciências e da moral e tranquilidade públicas e do progresso económico.

Este jogo de intermitências - entre o proibido e o permitido, o reprimido e o tolerado - conduz-nos a um outro tópico sabiamente estudado pela Autora: o da *tolerância*. Por princípio, numa República, a lei dispõe do monopólio da forma de vinculação social. Precisamente por isso, (e como já foi observado, por exemplo, por Michel Marcus) a tolerância começa por ser um espaço de folga das autoridades, um conjunto de atitudes dos poderes públicos à margem dos códigos, sobretudo dos códigos penais. Daí a sua ambiguidade congénita: colocada nos terrenos da marginalidade entre o lícito e o ilícito, o legal e o ilegal, o recto e o torto, a *tolerância* é antecâmara da subversão e o indício de fraqueza dos poderes instituídos. O “fechar de olhos” por parte das autoridades é denunciado como laxismo, capitulação perante o crime no cumprimento dos deveres políticos. A potenciação de sentinelas para fazer cumprir a lei serve para denunciar o autoritarismo gratuito e ineficaz dos aparelhos de coacção. É fácil de ver que aquilo a que um autor (M. Marcus) chamou de “tolerância-bordel”, “tolerância

desregulação”, “tolerância tapa miséria” nem tinha potencialidades de estabilização sistémica dos esquemas governativos nem significava a radicação na consciência jurídica colectiva de uma nova filosofia moral traduzida numa ética mínima de convivência. Mas a tolerância poderia furtar-se às exigências rigoristas da moral máxima normativamente fixada na lei sem cair no carácter aleatório da cumplicidade policial nem sempre isenta, ela própria, do sabor da corrupção. O caminho regulamentador resolvia os impasses da “via repressiva” e da “praxe condescendente”. Bastava tomar o jogo uma *questão administrativa* divorciada da dissidência *político-legislativa*. Também esta fuga não deixou de ser captada com perspicácia pela Autora (p. 61). Em 1913, não obstante o projecto-lei de legalização do jogo ter sido derrotado, logo aí se notou a insistência de “alguns parlamentares no sentido de a matéria em causa ser considerada “administrativa” e não “política”. Em 1927, a confiscação da “política” no problema do jogo encontrará um argumento de oportunidade. O Governo de Ditadura não assenta nem precisa das clientelas da ‘jogatina’. O jogo adquiria, paradoxalmente, o direito de cidade na cidade do moralismo. O enigma foi colocado pela Doutora Irene Vaquinhas nestes termos:

“A questão não era assim tão clara quanto à primeira vista parece. Mais uma vez, foram necessários compromissos. A avaliar por algumas fontes que importa confrontar com uma sequência mais alargada de documentos, a regulamentação do jogo teria sido uma das moedas de troca para o apoio financeiro ao movimento que deflagrou em 28 de Maio e que abriu caminho à institucionalização do Estado Novo”.